

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 266

DM

-----ATA N.º 26-----

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2020:

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão extraordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2.º Secretários, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público e Período da Ordem do Dia: -----

- 1) Ecopista do Antigo Ramal Ferroviário da Figueira da Foz; -----
- 2) Parecer do auditor externo sobre a posição financeira do Município de Mealhada em 30/06/2020; -----
- 3) Medidas excecionais de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19 – Proposta de aprovação de suspensão, a título excecional e temporário, da norma do artigo 25.º do regulamento municipal das atividades de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes e vendedores ambulantes e de prestação de serviços de restauração ou de bebidas não sedentário; -----
- 4) Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, nos termos da Lei-Quadro n.º 50/2018, de 16 de agosto e diplomas setoriais, no domínio da SAÚDE (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01); -----
- 5) Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais, no domínio da AÇÃO SOCIAL – Acordo Prévio Municípios (Decreto-Lei n.º 55/2020, 12/08); -----
- 6) Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2020. -----

Uma vez declarada aberta a sessão, pela Senhora Presidente da Mesa, o 1.º Secretária da Mesa, Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Ana Luzia Quintela Santos Cruz, João Manuel Lima Louceiro, Jorge Manuel Ferreira Rama, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Isabel Dias Santiago, Luís Miguel Pereira Brandão, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, João Carlos Ferreira dos Santos e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. Os Senhores Deputados Susana Catarina S. Almeida, Ana Paula Ribeiro Coelho, Isabel Maria Santos Luzeiro, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Raul Isidro S. O. Rodrigues, Nuno Filipe dos Santos Veiga e Rosalina Maria Rodrigues Nogueira, fizeram-se substituir respetivamente por Frederico Miguel do Céu M. dos Santos, Ana Lúcia Duarte Mendes, Jorge Manuel Canas dos Santos, Ruben Batista Fernandes, Manuel Lindo Cardoso e Emanuel Afonso dos Anjos Silva. -----

Os Senhores Deputados Municipais Nuno Miguel Ferreira de Melo e Paula Regina Tarrafa dos Santos Ramalho e Claudemiro Manuel Jesus Semedo, não estiveram presentes. -----


Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Adérito de Almeida Duarte, em substituição de Sara Isabel Marques Ferreira, Arminda de Oliveira Martins, Sónia Cristina Branquinho de Almeida. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito o Senhor António Nogueira das Neves, residente em Canedo. -----

O Senhor António Nogueira das Neves, interveio referindo que na Linha da Beira Alta, percurso de Pampilhosa a Figueira da Foz, estando projetada uma ciclovia no espaço que devia ser para comboios e não para bicicletas, concordando que se construam ciclovias, mas aos comboios o que é dos comboios. Lembrou, no mandato de 2009/2013, sob proposta do PCP apresentada na Assembleia Municipal de Mealhada, que foi aprovada, sobre a criação de um grupo de trabalho, constituído pelos Senhores Deputados, Guilherme Duarte, Mano Soares e o próprio, com o objetivo de levar a cabo um debate e outras ações, para se perceber o alcance da linha nos contextos local, regional e nacional, tendo decorrido o debate na Pampilhosa, com a presença do Professor Manuel Tão, da Universidade do Algarve, especialista em ferrovia e elaborado um estudo de viabilização da linha que passava pela possibilidade de partir de Lisboa e da linha da margem sul, se pudesse efetuar o transporte de mercadorias pela linha do Oeste que neste momento se encontra em obras de melhoramento e eletrificação e o troço de Pampilhosa-Figueira da Foz em direção a Espanha sem utilizar a linha do Norte. Lembrou ainda que a linha Figueira da Foz-Pampilhosa foi encerrada em janeiro de 2009 por falta de segurança e que, entretanto, já teriam sido gastos 18 milhões de euros no rebaixamento do túnel das Alhadas para possibilitar a eletrificação da linha. Realizadas obras de desnivelamento de passagens de nível, colocada automação nestas e noutras, com carril adequado à velocidade pretendida quando as obras terminassem. Alertou ainda que decorriam obras no molho Norte do porto da Figueira da Foz orçadas em 15 milhões de euros a fim de entrar navios de maior calibre, logo mais mercadorias que iriam justificar mais ainda a manutenção da linha. Mencionou ainda algumas reuniões entre os responsáveis da Refer e as autarquias atravessadas pela linha que apesar de algumas promessas estas nunca se concretizaram, tendo a linha ficado abandonada dado ter potencial para ser um motor de desenvolvimento daquilo que alguns responsáveis autárquicos reivindicam como a área metropolitana de Coimbra. Enquanto membro do grupo de trabalho sente que os autarcas da altura não se empenharam nem envolveram as populações para evitar o encerramento da linha. Considera que, apesar de ter sido dito que a construção da ciclovia é passível de reversão a caminho de ferro, diz que "o que está morto, morto está". O incremento da ferrovia em Portugal, posição defendida pelo governo, refere que faz todo o sentido que os responsáveis da CIMA retrocedessem na decisão que vão tomar e apostassem na reabertura da linha. Lembrou que o Ministro das Infraestruturas,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 267



Pedro Nuno Santos referiu que a Linha do Vouga iria ser reabilitada em toda a sua extensão, referiu ainda o estudo da abertura da linha de Portalegre e quando questionado sobre a desativação de linhas ferroviárias, este foi perentório e disse que não iria acontecer enquanto exercesse funções. Pessoalmente não quer acreditar no lema "o que não dá lucro, fecha", no entanto considera isso uma realidade já que as questões de segurança se devem ao facto da linha ter sido abandonada mais de 20 anos. Fez ainda, aos Senhores Deputados, um apelo ao voto pela reabertura da linha Figueira da Foz-Pampilhosa, pelo bem de todos. (início: após 05 minutos; fim: após 10 minutos) -----

Teve a palavra, em resposta, o Senhor Presidente da Câmara para renovar que o já havia sido dito em protocolo. Às declarações do Sr. Ministro mencionadas afirma que foi esse mesmo Ministro que autorizou a IP e celebrou este contrato uma vez ser da sua convicção que nos próximos anos não haverá linha de caminho de ferro entre Pampilhosa e Figueira da Foz. Garantiu que a ciclovia irá ocupar o espaço canal e que se algum dia for decidido ou necessário a reativação da linha, esta será assim possível. Lamenta que estando morta já a linha, então que se utilize para os ciclistas. A celebração do protocolo foi naturalmente autorizada pelo Ministro uma vez que sem a sua autorização o mesmo nunca seria possível. (início: após 10 minutos; fim: após 14 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

1) ECOPISTA DO ANTIGO RAMAL FERROVIÁRIO DA FIGUEIRA DA FOZ: -----

A Senhora. Presidente recolheu inscrições e deu a palavra ao Representante da Junta de Freguesia de Casal Comba. O mesmo referiu que a linha passa por grande extensão da freguesia e como tal, gostaria de lá ver passar o comboio novamente, no entanto congratula a possível aprovação da ciclovia e parabeniza as Câmaras envolvidas. Coloca, no entanto, algumas dúvidas nomeadamente em relação à manutenção e se é da competência da Câmara a desmatção. Alerta para os altos taludes existentes na zona e para os encargos que tal acarreta. Outra questão colocada foi em relação às obras previstas e alerta que terá de ser tido em conta que é uma zona agrícola e que as mesmas deverão não causar transtornos tal como aconteceu em 2004 onde foram encerradas as passagens agrícolas, agora reativadas após o encerramento da linha. Quer saber se realmente serão feitas passagens, aquedutos ou se ficaram fechados como estavam na altura apenas com a serventia do pontão da estrada municipal. Reitera o orgulho que tem em dar à população a utilidade da ciclovia. -----

Teve a palavra, em resposta, o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que tal obra só avançará se houver aprovação de fundos comunitários. A obra que tem que existir para se construir uma ecopista, vai contemplar tudo o que tiver de existir para essa formulação, por isso, se for necessário o pontão, o trabalho de desmatção, (objetos de financiamento) será sempre inferior ao trabalho de manutenção, e esse sim é a Câmara que terá de responder. Esclareceu que a taxa de financiamento em princípio será de 85% e os restantes 15% esses sim suportados pelos municípios.

No entanto admite que se consiga negociar com a CCDR, uma taxa superior. Não demonstrou preocupação, uma vez que no futuro se for necessário reabrir a linha, o que tiver de se fazer terá de ser a EP a fazer. Em relação às travessias, não parece ao Sr. Presidente que seja proibido um trator atravessar a ecopista, circular não lhe parece ser permitido, no entanto a travessia pensa que será possível. Só o projeto de execução é que o poderá dizer. -----

De seguida teve a palavra a Sra. Deputada Ana Luzia relembra que em abril de 2017 lia-se nos jornais "Autarcas querem ver passar os comboios" a propósito da ligação Pampilhosa-Figueira da Foz que com a evolução dos acontecimentos encerrasse em 2009 os 50km de caminhos de ferro, passagens de nível desativadas. -----

Na altura, 19 municípios defendiam que um investimento de 25 milhões na requalificação e eletrificação no troço Pampilhosa-Figueira da Foz, era o suficiente para o descongestionamento da Linha do Norte. Tal não aconteceu. Considera que esta ecopista que agora surge, é feita em cima de memórias e desinvestimento sucessivo na ferrovia em particular para a Pampilhosa cujo desenvolvimento estava intimamente ligado à ferrovia por ser um meio de transporte mais eficaz, torna o país mais sustentável. Lamenta assistir agora na transformação desse ramal em ecopista pela iniciativa da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como a Câmara Municipal já aprovou por maioria o protocolo de criação da mesma. Afirma ainda que todos os projetos que promovam a mobilidade urbana sustentável e atividade de baixo teor de carbono são bem-vindos, no entanto não pode ignorar este investimento que será agora feito é construir em cima do desinvestimento da ferrovia que tanto prejudicou e que tanto prejudica as populações locais. São fundos comunitários de um plano de ação afirmou, no entanto apresentou reservas em relação à forma de administrar o território que está em curso e a corrida a fundos comunitários sem os quais estes projetos não avançam, por parte de organismos não eleitos. Mas por se tratar de um projeto que tem a ver com a sustentabilidade, lembra que a autarquia se comprometeu a constituir uma rede municipal de ciclovias com mais de 5km que ligaria o centro urbano ao resto do concelho. Aproveitou para perguntar sobre a dimensão real e atual desse projeto de ciclovias e qual o ponto de situação sobre a matéria. Reconheceu ainda o valor do concurso que foi lançado pela autarquia do projeto de partilha de bicicletas à semelhança de outros municípios e perguntou o que é que está a ser feito e quando é que os municípios vão poder beneficiar das tais bicicletas partilhadas. -----

Logo após teve a palavra, em resposta, o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que as CIMs são resultado de uma eleição na sua composição para uma realidade diversa, as entidades municipais, são assim eleitos locais. Já a CCDR é um pouco diferente, apesar de ser votada por pessoas eleitas locais tem uma lógica diferente. Quanto ao projeto, esclareceu que a autarquia mantém a intenção e uma rede de ciclovias, tem é de encomendar os projetos e consecutivo financiamento e tal leva algum tempo. Referiu que há a candidatura do PAMUS pendente de observação por parte da entidade gestora há um ano e meio e que aguarda resolução. Crê que terá

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 268

JM

andamento porque a taxa de execução do 2020 não chega aos 50% a 3 anos do fim do programa. -----

Em relação ao Bip Bip, referiu que se vai fazer um workshop e que a Presidente do Fundo Ambiental estará nesse encontro e seguem-se os procedimentos de aquisição de acordo com as regras dos contratos públicos. O projeto está entregue a pessoas dentro da estrutura camarária que irão avançar com as definições que forem necessárias para que o projeto das bicicletas partilhadas vá para a frente. Mencionou ainda que há um revés, existe uma marca registada com o nome Bip e já houve ameaças de processo judicial caso o nome Bip Bip avançar. Referiu que se está a tentar gerir esta situação. -----

Seguidamente teve a palavra o Sr. Deputado João Louceiro que iniciou a sua intervenção por dizer que o Sr. Presidente tinha dito que se calhar todos contribuimos para acabar com a linha, afirmação com a qual não concorda. Ainda acrescentou dizendo que ouviu a intervenção do Sr. António Neves e que a sua intervenção não se afastará dessa mesma. Assim profere que se desenrolou mais um capítulo da liquidação da linha Pampilhosa-Figueira, também conhecida por ramal da Pampilhosa e que o PCP não se associará, a qualquer título, ao encerramento e à desativação de uma estrutura ferroviária que podia e devia – e que deverá! – ter um relevante significado para a região e para o país, se tomarmos em conta o papel que teria na construção de um eixo Oeste-Beira Alta, criando uma alternativa inteligente à Linha do Norte, alavancando o tecido empresarial de vários municípios, a Mealhada e outros, valorizando o porto da Figueira da Foz e melhorando condições de mobilidade das populações. Relembrou alguns outros capítulos deste lamentável processo tais como, O tráfego na linha foi suspenso em 5 de janeiro de 2009. O PS governava, o PS decidiu a suspensão, alegando razões de segurança e prometendo obras de modernização. O PCP não deixou, desde logo, de alertar que o propósito seria outro, o de juntar esses cinquenta e tal quilómetros de linha aos mais de mil que, entretanto, vinham a ser encerrados por todo o país, numa das expressões mais estúpidas das políticas de direita em que PS e PSD se complementaram ao serviço de interesses que não foram nem são os do país. No concelho, o PCP, limitado pela expressão eleitoral que nos tem sido dada, opôs-se ao encerramento e inúmeras vezes fez apelos para que o assunto não fosse dado por encerrado. Mais força teríamos se os eleitores não insistissem em confiar ou, apenas, em deixarem espaço aos partidos do costume, o que, em todo o caso, não deixaram de respeitar. Em 2010, a câmara da Mealhada, presume-se que ludibriada pelo PS que era governo, informava ter tido conhecimento de que o troço já estava a ser alvo de obras, ainda não as definitivas, mas para permitirem, a curto prazo, resolver o encerramento. Em maio de 2011, um grupo de trabalho da Assembleia Municipal, por proposta do PCP, organizou um útil debate sobre a linha, talvez a iniciativa pública mais significativa realizada no nosso concelho, apesar da dimensão do atentado que o governo do PS cometeu. Os que estiveram nesse debate, lembraram a veemência com que o professor Manuel Tão justificou a importância da criação do eixo Oeste-Beira Alta, falando de um projeto estrutural para a ferrovia, para o desenvolvimento e para a

própria soberania do país. Ainda no passado dia 31 lembraram essas explicações, quando foi notícia a interrupção do tráfego ferroviário na Linha do Norte, na sequência de um acidente ocorrido nos Fornos. Continuou dizendo que, enquanto o PSD foi oposição, agoniava-se com o atentado; quando constituiu, com o CDS, o governo da troika e para além da troika, consolidou o abandono da linha em nome dos argumentos ideológicos da austeridade. Foram mais umas pazadas de terra para matar a linha ferroviária e calar quem a isso se opunha. PS e PSD, indiscutivelmente os partidos com maior expressão eleitoral no nosso concelho, são os autores morais e materiais do crime de acabar com a linha Pampilhosa-Figueira. Ter maioria e ter razão não são a mesma coisa, já o tivemos de lembrar várias vezes nesta assembleia. Em 2017, oito anos depois do encerramento da linha, a CIM Região de Coimbra ainda defendeu, convicta ou retoricamente, a requalificação da antiga ligação ferroviária. Mas esse já era o tempo em que, em vez disso, outra vez com o PS no governo, ouviam anúncios de ciclovias e ecovias em vez de comboios. Por várias vezes, ouviram também o senhor presidente da câmara falar do assunto num registo que pareceu de enievo e conformismo. Acrescentou que ainda há poucas semanas, o PCP questionava por que não tinha sido aproveitada, pelo município, a oportunidade de fazer regressar a reativação da linha à ordem do dia. A oportunidade, estamos lembrados, surgiu por causa da declaração de interesse municipal para a obra da concordância, mas, olímpicamente, foi desprezada pela câmara municipal que, confirma-se, também já pensava apenas em bicicletas e caminhadas para esquecer os comboios. Na sua apreciação, os diferentes executivos municipais com maioria do PS nunca tiveram uma posição enérgica sobre isto. As maiorias na assembleia municipal não fizeram diferente, anuíram, submetidas à convivência e ao comando partidários, as coisas são assim, e pelo estado real de abandono a que a linha tinha chegado, propositadamente. No fundo, foram aceitando e, aos poucos, concordando, numa postura de conformismo em relação à decisão de desativação. Neste quadro ilustrativo de características da realpolitik, a transformação do caminho-de-ferro em passeio para bicicletas e caminhadas é apresentada como a alternativa possível ao deliberado abandono da estrutura ferroviária.

Esclareceu que o PCP tem proposto e defendido a construção de ciclovias no concelho. Até ao momento sem resultados concretos à vista, o que não os faz desistir do tema. Mas não pode concordar, em vez da recuperação e modernização, com a transformação da linha num caminho para uns passeios higiénicos, em bicicleta ou a pé. No dicionário encontraram uma definição de "ecovia": "faixa de terreno especialmente pavimentada para a circulação a pé ou de bicicleta, ligando áreas de interesse ambiental". O ramal da Pampilhosa, que precisam de ver recuperado como relevante troço ferroviário, não deve ser transmutado em ecovia. Podem até perceber que mais vale uma ecovia que uma plataforma abandonada, mas a importância do que se alcançará com a recuperação e modernização da estrutura ferroviária não pode ser hipotecada com umas pazadas de areia para os olhos. Percebem que, sendo para cegar, este empreendimento é muito mais em conta: 4 milhões de euros,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 269
JM

em vez das dezenas de milhões que, natural e virtuosamente, deveriam ser investidos neste troço ferroviário. Mas o investimento público em projetos de interesse público, em projetos estruturantes, é assim: exige investimento e não areia para os olhos. No contrato de subconcessão para a dita ecovia que foi apreciado, usam-se vários argumentos: - Fala-se de mobilidade urbana e sustentável. Perguntou se algum projeto poderia garantir mais e melhor mobilidade urbana, mais eficaz sustentabilidade económica e ambiental do que a recuperação e modernização da linha? - Fala-se de estratégias de baixo teor de carbono. Perguntou se será que os fins a que se destinam a tal ecovia permitem maiores reduções de carbono do que ter comboios modernos na linha? Essa invocação não é uma verdadeira moda? Questionou se o transporte de passageiros dentro e entre os concelhos abrangidos, as idas à praia da Figueira, o transporte de mercadorias vão passar a ser feitos a pé ou a pedal? Será que a mobilidade urbana intermodal encontra numa ecovia Pampilhosa-Figueira um instrumento mais prometedor para as próximas décadas do que uma linha ferroviária capaz e moderna entre a Figueira e a Pampilhosa? -----

Concorda que foi visto nos documentos que, em teoria, a construção da chamada ecovia pode, daqui a uns anos, umas décadas, ser revertida. Concorda ainda que a ecovia pode trazer alguns turistas, alguns ciclistas, alguns peões, alguma animação, o que não será desprovido de interesse. No entanto, no outro prato da balança fica a confirmação da desistência, da aceitação das exéquias finais do que deveria ser o importantíssimo ramal da Pampilhosa e agradece a franqueza com que é dito que não se prevê a reativação da exploração ferroviária no Ramal da Figueira da Foz. Terminou por dizer que o PCP não votaria a favor. -----

Teve a palavra o Sr. Presidente para ressaltar que o que está em causa já tinha sido debatido e apenas acrescentou que prefere uma ecopista a uma linha ferroviária desativada para sempre. E como tal outros presidente de Câmaras também o preferiram. Nas reuniões foi clara e evidente a posição da EP em não se fazer nenhum aproveitamento ferroviário desse espaço canal nos próximos anos. Foi face a essa posição que a CIM avançou com a proposta da ecopista. Pareceu útil a todos, que a CIM, aos autarcas que a eles que, aproveitar o dinheiro comunitário para se fazer esta ecopista era o melhor e foi essa a decisão tomada. No entanto no dia em que a EP decidir avançar com a linha ferroviária, vai ter o espaço canal mais bem tratado, em melhores condições do que hoje. -----

Após as intervenções procedeu-se à votação. -----

Votaram a favor: Os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Ana Lúcia Duarte Mendes, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Jorge Manuel Canas dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Luís Miguel Pereira Brandão, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel

Lindo Cardoso, João Carlos Ferreira dos Santos, Emanuel Afonso dos Anjos Silva e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. -----

Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Isabel Dias Santiago, João Manuel Lima Louceiro. -----

Os Senhores Deputados Municipais Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Ana Luzia Quintela Santos Cruz, abstiveram-se. -----

O assunto foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções e em minuta com produção de efeitos imediatos. (início: após 14 minutos; fim: após 48 minutos) -----

2) PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A POSIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE MEALHADA EM 30/06/2020: -----

A Senhora. Presidente recolheu inscrições e deu a palavra ao Sr. Deputado Municipal Luis Brandão que chamou à atenção para a existência de diálogo em Assembleia Municipal, situação que apesar de ter sido esclarecedor, não se deverá verificar no futuro. -----

Sobre o parecer referiu que as taxas de execução do 1º semestre são muito baixas com especial foco para as taxas de execução as despesas de capital. Tal como aconteceu no primeiro semestre de 2019, o de 2020 foi um ano de pouca obra e com pouca obra em metade do ano não se consegue boa performance no final do ano. Disse que o Sr. Presidente da Câmara não se poderia escudar na pandemia 2019 para justificar as baixas taxas de execução que foram abaixo de 17% verificadas tanto no primeiro semestre 2019 como no primeiro semestre de 2020, com a conclusão de que estes números refletem muito pouca obra. Outro ponto do parecer do auditor que salientou tem a ver com a dívida total de operações, no 1º semestre 2019 era de 840707 € e passado um ano, ou seja, no final do primeiro semestre 2020 verificou-se um significativo acréscimo dessa dívida, subiu 63%. Porquê esse incremento da dívida? -----

De Seguida teve a palavra, em resposta, o Sr. Presidente da Câmara para responder à questão colocada. Recordou que as contas incorporam valores que não correspondem a verdadeira dívida do município. Por exemplo, Associação Nacional de municípios portugueses faz um relatório da dívida e a Câmara tem de a fazer refletir nas contas. Outras entidades com quem estamos ligados diretamente reportam-nos o seu limite de dívida e temos de as fazer reportar nas nossas contas. Lamentou o facto de quem fez as últimas declarações, para lhe perguntar se entende isto e para perceber como isso está muito longe de estar muito mal financeiramente. O que aqui está é elucidativo quanto à situação financeira do município e quanto as taxas execução pediu que não se preocupasse porque as contas fazer-se-iam no final. -----

Não havendo mais intervenções avançou-se para o ponto seguinte. (início: após 49 minutos; fim: após 53 minutos) -----

3) MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE APOIO NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, DA NORMA DO ARTIGO 25.º DO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 270

DM

REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO: -----

Não havendo inscrições procedeu-se à votação com 24 membros em sala, foi aprovado por unanimidade e em minuta com produção de efeitos imediatos. (início: após 52 minutos; fim: após 53 minutos) -----

4) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI-QUADRO N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DIPLOMAS SETORIAIS, NO DOMÍNIO DA SAÚDE (DECRETO-LEI N.º 23/2019, DE 30/01): -----

A Senhora. Presidente recolheu inscrições e deu a palavra à Sra. Deputada Municipal Ana Luzia que sobre esta situação da transferência de competências para a saúde referiu que o atual processo de descentralização de competências para os municípios mais não é que eu acordo muito bem ordido entre o governo PS e PSD. Pensa que se trata é de um processo de centralização das decisões, entre alguns, de municipalização sem os correspondentes meios financeiros e humanos. Tal irá criar mais dificuldades aos municípios e degradar os serviços públicos. No entanto o que os move contra este processo não é apenas a questão do envelope financeiro mas sim uma questão de princípio: a defesa da responsabilização do estado Central em questões essenciais da vida dos cidadãos. Refere que o clientelismo, razão por muitos invocada para não defender a regionalização, é afinal uma realidade que facilmente se instala nestas novas estruturas como a CCDR ou as CIMs, além de muitos outros serviços associados ao ordenamento do território administração pública e também à saúde. As eleições para as CCDR que se realizaram no passado dia 13 de outubro, fruto de um acordo Bloco central foram e são disso exemplo. Com esse acordo PS e PSD fomentam controlo partidário da Administração do estado com candidatos escolhidos pelas cúpulas dos dois partidos para as presidências das cinco comissões. Acredita que está instalado o modelo que reforça o centralismo e assegura controle do PS e PSD na distribuição dos fundos comunitários. Defende por isso um processo de regionalização democrático que reforça a coesão social e territorial do país, o planeamento participado e criterioso do território e dos seus recursos naturais, o fortalecimento dos serviços públicos e que seja capaz de responder aos desafios de emergência climática. Conclui que nenhum processo de descentralização pode colocar em causa o princípio de igualdade todos os cidadãos e cidadãs no acesso aos serviços públicos, nomeadamente à educação, à cultura, à justiça, aos apoios sociais e à saúde. Lutará assim para a não aceitação desta transferência mais uma vez. -----

De Seguida teve a palavra, em resposta, o Sr. Presidente da Câmara para referir que a posição da Câmara também é contra a aceitação da competência por várias razões. Primeiro, os recursos financeiros disponibilizados ao município são insuficientes, porque o valor a transferir dava para poder pagar ao pessoal que estava previsto ser transferido para a Câmara Municipal. E ainda porque no

documento que chegou pressupunha eu terminasse a extensão de saúde da Vacariça e por considerar isso uma má medida não assumiríamos essa competência ressaltando que não se sabe ainda o que irá acontecer em 2022. -----

Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação com 24 membros em sala, foi aprovado por unanimidade e em minuta com produção de efeitos imediatos. (início: após 54 minutos; fim: após 1 hora) -----

5) TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – ACORDO PRÉVIO MUNICÍPIOS (DECRETO-LEI N.º 55/2020, 12/08): -----

Não houve inscrições do público, foi dada a palavra ao Senhor Presidente para esclarecer que para além da transferência de competências prevê na ação social que haja a possibilidade de haver transferência de competências para os municípios e para as comunidades intermunicipais. Então o município não tem de tomar nenhuma atitude porque falta sair legislação que é imprescindível. Teremos 60 dias após a saída da legislação para nos pronunciarmos. No entanto, na CIM foi pedido a todos os municípios que se entendessem, levassem às suas assembleias municipais e a Câmara Municipal a possibilidade da CIM assumir as que a lei determina para a própria comunidade intermunicipal. No conselho executivo daquela entidade foi registada essa tomada de posição, pois se a comunidade intermunicipal deseja assumir a competência da área social, não se vê porque é que não se pode aprovar uma vez que não tem nenhuma repercussão para o município. São competências mais ou menos burocráticas aquelas que são transferidas para as CIM, meramente residuais. -----

Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação. -----

Votaram a favor: Os Senhores Deputados Municipais, Daniela de Melo Esteves, Manuel Amorim da Silva, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Ana Lúcia Duarte Mendes, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Jorge Manuel Canas dos Santos, Mara Lúcia Lopes dos Santos, Carlos Humberto Simões Martins, Ruben Batista Fernandes, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, Marilisa Morais Duarte, Jorge Manuel Ferreira Rama, Isabel Dias Santiago, Luis Miguel Pereira Brandão, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Ferreira dos Santos, Emanuel Afonso dos Anjos Silva e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. -----

Votaram contra os Senhores Deputados Municipais: Ana Luzia Quintela Santos Cruz e João Manuel Lima Louceiro. -----

A Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais, no domínio da Ação Social – Acordo Prévio Municípios (Decreto-Lei N.º 55/2020, 12/08), foi Aprovada Por Maioria Com 22 votos a favor, 2 votos contra e em minuta com produção de efeitos imediatos. -----

Houve ainda uma declaração de voto do Sr. Deputado João Louceiro onde referiu que: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 271

JM

"É sabida a discordância genérica do PCP, fundamentada e reforçada com múltiplos aspetos mais concretos, em relação ao processo de transferência de competências. O governo chuta problemas para as câmaras, ou para as CIM (estruturas desprovidas de legitimidade democrática) muitos deles em áreas em que o poder central deixou acumular deficiências, desinvestimentos e outras más políticas. O PCP discorda do processo encetado (ou reencetado) pelo governo do PS com o acordo inicial e algumas críticas posteriores, de circunstância, do PSD, mas, na verdade com o apoio deste partido que também vê nestas iniciativas uma grande, mas muito perigosa, reforma do Estado. -----

É essa discordância que o PCP exerce, uma vez mais, no voto contra a proposta aqui trazida pela câmara relativa à área da ação social. Foi a discordância, aliás, que exerceu também no ponto anterior, votando favoravelmente a proposta de não aceitação das competências no domínio da saúde". (início: após 1 hora; fim: após 1 hora e 6 minutos) -----

6) PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2020: -----

A Senhora Presidente recolheu inscrições e deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo que esclareceu à partida que a sua intervenção não é contra ninguém nem sobre votar contra porque o seu voto seria a favor. A sua intervenção prende-se com a preocupação com o ambiente nas escolas. Todos os dias aparecem alunos professores infelados apesar dos esforços de alunos e professores e assistentes operacionais, estes não são suficientes e é urgente um reforço. As medidas anunciadas em setembro não foram colocadas em prática pelo ministério, nota-se um desprezo para com aquilo que acontece nas escolas, não houve reforço de professores para desdobramento de turmas e nota-se que há aqui uma contradição brutal. Foi anunciado o reforço de assistentes operacionais em setembro e estamos a votar uma situação destas em novembro. Perguntou apenas se está previsto mais algum reforço porque há uma degradação muito grande dos serviços prestados nas escolas, não nos serviços letivos, esses estão assegurados, mas noutros serviços que as escolas também proporcionam e que este ano estão extremamente comprometidas por falta de assistentes operacionais. -----

A Senhora Presidente esclareceu ainda que este ponto é apenas para votação da ratificação. -----

O Senhor Presidente respondeu à questão dizendo que o governo determinou que para o Agrupamento de Escolas da Mealhada poderiam abrir concurso para 3 assistentes operacionais e assim foi feito, duas pessoas já estão colocadas e estamos a aguardar os exames psicotécnicos para colocar a terceira pessoa, daí aparecer aqui a ratificação. Deu ainda a informação que foram colocadas 8 pessoas em contratos de emprego e inserção e aguardamos o novo ratio de colocação para as escolas recorrendo à nossa reserva de recrutamento. -----

De seguida a Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro que começou por perguntar quantas vezes já aqui se criticou a disponibilidade voluntária da câmara para, ainda no tempo do governo da direita, correr para abraçar a municipalização da Educação? Mas com o engodo das obras

da Escola Secundária e com os argumentos da proximidade que fazem parte da bateria publicitária da chamada -- sublinhamos, "chamada" -- descentralização. Hoje, há uma proposta de alteração do Mapa de Pessoal para integrar três assistentes operacionais no setor da educação. O PCP não se opõe ao mais que necessário reforço de pessoal não docente nas escolas, ainda mais urgente no quadro de pandemia e ensino presencial que importa assegurar. -----

No entanto foram colocadas algumas questões acerca deste assunto. É conhecida a gritante falta de pessoal não docente que as escolas já tinham antes da pandemia. E é, ou devia ser, conhecida a interminável sucessão de manobras de diversão que o governo tem feito, ano após ano, para dizer que faz o que não faz, isto é, para fazer de conta que está a resolver as carências, quando, na prática, o que faz é muito pouco (e nestes domínios é inaceitável). -----

O governo e, em particular o seu inenarrável ministro da Educação, prometem reforços de milhares de docentes e não docentes. As promessas aí estão para enaltecer a proposta de Orçamento do Estado que está em discussão na Assembleia da República. -----

Dizem que vão ser milhares de professores para ajudar a compensar o que se perdeu com o confinamento e o ensino de emergência; vão ser centenas e centenas (o que é pouco) de auxiliares de ação educativa -- gosto mais desta designação -- para suprir o que já estava em falta e o muito que a pandemia acrescentou de óbvias necessidades. -----

Mas, as verbas do orçamento para a Educação de 2021, no que diz respeito a despesa com recursos humanos, apesar das promessas de reforços nunca vistos, baixam, relativamente ao executado previsto para 2020. -----

Perante este cenário de incumprimento do governo em relação às obrigações para com as escolas, os alunos, as comunidades escolares, as famílias, perguntam: -----

-Por que é que, tendo começado o ano escolar em 1 de setembro e sabendo-se até anteriormente do imprescindível regresso à atividade presencial, só agora a câmara propõe a criação de três postos de trabalho, na carreira de assistente operacional, no setor da Educação? -----

-Nas escolas do agrupamento da Mealhada só faltam três "assistentes operacionais", mesmo tendo em conta exigências de acompanhamento, de apoio e de higienização trazidas pela situação da pandemia e a necessidade de controlo dos riscos de contágio? -----

-Só faltam três, ou a Câmara Municipal, apesar da proximidade e das competências que quis assumir, não pode ir além deste reforço? -----

-Quem é que, apesar, dessa transferência de competências determina, efetivamente, o reforço e com que critérios? É a autarquia que só quer reforçar o corpo não docente das escolas com três assistentes operacionais, ou são os critérios do governo que assim o determinam, tal como ficou implícito em resposta dada pelo senhor vice-presidente na última sessão, referindo-se, pensamos aos ratios e, talvez, à Portaria n.º 658-A/2020? -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 272

MA

-Conhece a Câmara dificuldades para concretizar com rigor as tarefas de higienização dos espaços e dos materiais que são uma das exigências para a redução de risco de transmissão da COVID-19 em meio escolar? Ficam essas eventuais dificuldades superadas com as contratações a termo resolutivo cujo enquadramento em mapa de pessoal agora se propõe aprovar aqui? -----

- Conhece a câmara outras dificuldades que se verifiquem, designadamente com o acompanhamento em circunstâncias não letivas que é devido a alguns alunos com necessidades educativas especiais que apresentam maiores necessidades a este nível, acompanhamento que deve ser feito por profissionais não docentes (desejavelmente preparados para tão difíceis tarefas)? -----

Colocadas as questões e aguardando as respostas, o PCP não deixará de votar a favor do reforço do mapa de pessoal, ainda que insuficiente, considerando as enormes carências que as escolas apresentam e a irresponsabilidade do governo que teima em não as enfrentar de forma decidida. -----

E é assim que termina: enquanto organizações internacionais, como a insuspeitíssima OCDE, recomendam orçamentos para a Educação na casa dos 6% do PIB, enquanto personalidades como o secretário-geral da ONU apela aos estados para darem privilegiarem investimentos na Educação, enquanto o próprio ministro da Educação subscreve, sem vergonha, declarações internacionais que reclamam orçamentos para a Educação entre 4 e 6 % do PIB, o governo do PS leva à Assembleia da República um orçamento em que a Educação corresponde ao valor mais baixo dos últimos anos, apenas 3,4% do PIB... E isto, se contarmos com a batota de meter aí fundos europeus, caso contrário fica-se com 3,2% do PIB. -----

Concluiu dizendo que para isto não há dinheiro, mas para outras coisas, o governo do PS vai continuar a arranjar e a esbanjar. -----

De Seguida teve a palavra, em resposta ao Deputado João Louceiro, o Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que este governo do PS só existe com o apoio do seu partido, nas eleições que redundaram numa vitória do Partido Social Democrata e que se formou uma coligação que era mesmo minoritária, foi lido com algum espanto uma declaração do Sr. Secretário-geral do seu partido a e dizer assim: "o PS só não é governo se não quiser". Esse foi o mote para outro partido que hoje passa a vida tentar desfazer o governo do PS também para si atrelar declarações as secretário-geral do PCP a viabilizarem um partido que tinha sido fortemente derrotado nas eleições, a ser governo. Se se tivesse seguido o princípio de uma democracia ia-se deixar governar os partidos que ganharam as eleições. Proferiu ainda que, por sua vontade, este governo nunca estaria a governar. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-presidente que tem esse conhecimento mais próximo. O Senhor Vice-presidente cumprimentou a todos e prometeu ser rápido. Falou essencialmente em dados concretos e ver se de uma vez por todas se percebe o que se passa no Agrupamento de Escolas da Mealhada. O Ministério da Educação apesar da transferência de competências ter vindo para autarquia continua mensalmente a transferir o vencimento de todos os assistentes operacionais auxiliares de ação educativa. Transfere para 69 pessoas, estas 69

peças estão no agrupamento de escolas. O Dr. João teve o cuidado de dizer que deveria ter sido preparado o início do ano letivo por causa da lei 586/A de 2020, só que se esqueceu de dizer que essa lei saiu no dia 28 de setembro de 2020. Essa lei disse que poderiam ser contratualizadas três pessoas a termo certo até ao final do ano letivo 2021 que termina em agosto 2021. Essas três pessoas que ainda estavam na base de Recrutamento, prontas a entrar, foram de imediato contactadas e assim como disse o Senhor Presidente, duas já estão ao serviço da escola. Uma senhora foi para o jardim de infância à de Casal de Cambra porque gosta de trabalhar com crianças e a Dona Luísa regressou à EB2 da Mealhada. A D^a Maria João foi colocada no jardim de infância do Carquejo e a senhora que está no jardim de infância do Carquejo vai regressar uma das escolas. Fala-se em municipalização mas a nossa municipalização é extremamente especial porque sendo funcionárias municipais acabam por estar dependente das funções do Agrupamento. Foram de seguida contabilizadas as funcionárias municipais para a educação, 69, mais 3, mais 8 por contratos emprego-inserção, já estamos em 80. A Câmara decidiu e financia mais 4 animadoras socioeducativas que estão ao serviço da área da Educação, para um ratio de 69 ter neste momento já 84 pessoas não é mais do que suficiente, e serão 87 dentro de poucos dias, a acrescentar mais 4 senhoras em regime de avença que percorrem os centros escolares para fazerem a limpeza após as 17:30. Ainda no Jardim de Infância do Carquejo onde existem duas crianças que são alunos de necessidades Educativas Especiais, o Ministério da Educação comprometeu-se com o agrupamento de escolas a colocar uma pessoa para fazer o trabalho de apoio e até hoje não cumpriu. A Câmara acha que estas crianças precisam de uma pessoa permanentemente e colocou mais uma pessoa que toma conta dessas crianças. Considera que agora sim isto é mais do que suficiente para mostrar que há preocupação por parte da autarquia. Foi despachado pelo Sr. Presidente para a colocação de mais 8 pessoas. Aguardamos a todo o momento que o Ministério diga na Mealhada em vez de 69 pessoas para o ratio, são necessárias 75 porque diminuiu o número de alunos. Poderão existir outros problemas pontuais, este não é um deles. O deputado João Louceiro, interveio em defesa da honra para esclarecer que não omitiu a data de publicação de um normativo para torpedear o trabalho da Câmara ou outro qualquer. Apenas quis perceber até que ponto a transferência de competências é um juntar de problemas para cima das autarquias ou até que ponto é que o governo conserva na verdade para si a capacidade das grandes decisões. Senhor Presidente deu ainda a palavra à Sra. Deputada Municipal Ana Luzia que lamenta a guerra dos números e portanto faz algumas perguntas ao senhor Vice-Presidente: Quantos alunos tem o Agrupamento? Quantas escolas? Quantos professores? Qual o número de meninos que precisam de medidas de apoio a inclusão? Sabe quantos alunos no nosso Agrupamento são abrangidos pelo decreto 54/2018? Entrando na questão ideológica da municipalização, já sabem qual o posicionamento do Bloco de Esquerda que acompanha a mesma as mesmas ideias do PCP e do seu camarada de luta João Louceiro, afirma que no terreno e o governo PS está a trabalhar mal, que a portaria dos ratios que saiu em setembro, deveria ter

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 273

saído o ano passado. Já se sabia que os funcionários não iriam ser suficientes apesar da situação da pandemia não prevista. Os funcionários são insuficientes para supervisão e salas, limpeza e higienização, acompanhamento dos alunos para a inclusão mais os abrangidos por medidas adicionais que tem direito por lei a tarefeiras para os acompanhar e orientar. Isso não existe, existe para alguns, mas não para todos. As escolas de facto estão entregues a um grupo de funcionários, muitos deles são precários que estão com esses contratos a termo e quando aprendem a lidar com um menino com autismo tem de sair e voltar a ensinar tudo novamente. Isso traz prejuizos que têm de ser calculados. Votarão a favor e ratificam, mas acrescentam que mais é necessário. -----

Em resposta o Senhor Vice-presidente refere que concorda com as preocupações da Senhora deputada. Esclarece que quem coloca os assistentes operacionais que estão a trabalhar com os meninos das medidas adicionais é o Ministério da Educação não é a Câmara Municipal. No entanto a Câmara Municipal, concordando com o facto de que o ratio é insuficiente, quis antecipar-se e colocar algumas das pessoas já necessárias, adiantando os testes psicotécnicos, para quando chegar a informação do aumento previsto, os processos estarem avançados para a colocação dos funcionários ser agilizada o quanto antes. -----

Ainda a propósito desta última intervenção do Senhor Vice-Presidente a Senhora Presidente da Assembleia esclarece que a Câmara Municipal da Mealhada adquiriu testes rápidos que permitem testar os alunos próximos de um que tenha sintomas alerta e evitar que estes vão para casa os 14 dias. -----

Não havendo mais inscrições procedeu-se à votação com 24 membros em sala, foi aprovado por unanimidade e em minuta com produção de efeitos imediatos. (início: após 1 horas e 6 minutos; fim: após 1 horas e 50 minutos) -----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 23 horas e 31 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim, Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

Dominic De Melo Estor

